



Boletim nº 129

4º Trimestre de 2024

ISSN 1645 – 8060

Emergência climática, planos de emergência e preparação para os desastres: da militarização do sistema de proteção civil sob as fragilidades da sociedade civil em Portugal

Em Portugal estudos e dados europeus apontam para a fragilidade da sociedade civil. Dados como os reunidos pelo European Social Survey, em 2020, demonstram que apenas cerca de 11% dos portugueses reportaram participar regularmente em associações, sindicatos ou outras organizações (a média europeia situa-se nos 20%). Estudos realizados este século (como os de José Leite Viegas, entre outros) enquadram a fragilidade da sociedade civil num contexto (ainda) de uma herança cultural de políticas autoritárias, apontando também fatores de desconfiança face às instituições públicas.



Fotografia do autor: Greve Climática organizada pelo movimento CLIMÁXIMO (23 de novembro de 2024, em Lisboa)

Os acontecimentos em Valência/Espanha, uma situação ambiental e socialmente disruptiva provocada por uma catástrofe (enchentes de 29 de outubro de 2024, com mais de 200 vítimas mortais), vieram reforçar a extraordinária importância de uma sociedade civil ativa e da mobilização de voluntários.

Em Portugal, os trágicos incêndios de Pedrógão Grande (2017), entre outras ocorrências trágicas, sublinham a fraca dinâmica da sociedade civil portuguesa, ficando as ações centralizadas numa orgânica de Proteção Civil que tem até acentuado, mais recentemente, a sua burocratização e militarização. O papel dos bombeiros é, apesar de todos os bons discursos, desvalorizado assim como a componente da prevenção e da preparação das comunidades para as situações de emergência.

A aposta num sistema reativo e militarizado desprotege as comunidades, despreza as ações preventivas e a preparação para os desastres. Faltam ainda estudos longitudinais sobre as vulnerabilidades sociais, e indicadores de resiliência que possam suportar com maior rigor os planos de emergência municipais.

Além de se defender a aposta num sistema nacional de indicadores de vulnerabilidade social e resiliência (estudando-se a promoção de



Fotografia Climaximopt

protocolos de cooperação a desenvolver com associações cívicas a nível local), deve atender-se com urgência à valorização dos bombeiros.

Como argumentado insistentemente, por exemplo pelo Partido Comunista Português, para a fusão entre as forças policiais, deveria ponderar-se a proposta da profissionalização dos bombeiros voluntários e a sua progressiva integração num corpo único de bombeiros, com mais formação, mais recursos e com melhores condições de remuneração do trabalho de quem arrisca a vida pela defesa da vida e dos bens dos outros.

Não se pode também descuidar a perspetiva de que a emergência climática é uma luta de classes (posição também defendida pelo movimento ambientalista Climáximo), e além dos conflitos industriais a propósito da desigual distribuição dos bens deve agora considerar-se os conflitos ambientais e novas desigualdades sociais que reforçam as injustiças, sob a desigual distribuição dos males.



Fotografia Climaximopt



Boletim nº 129 - 4º trimestre 2024

Colaborações

Colaboraram nesta edição:

- Adélia Mineiro
- Alberto Oliveira
- Ana Ângelo
- António Raposo
- Camila Dias
- Carlos Henriques
- Guilherme Ramos
- JM Antunes
- João Lutas Craveiro
- Jorge Filipe Vaz

- José Rebelo
- Manuela Rebelo
- M^a Inês Figueiredo
- Marta Duarte
- Pedro Andersson
- Raquel Antunes
- Romeu Taborda
- Sofia Vieira Rodrigues
- Teresa Correia

- Eduardo Alves
- Ercília Pombo
- Esmeralda Craveiro Ramos
- Eulália Pombo

- Fernando Quelhas Silvestre
- Manuel Carrola
- Maria Lurdes Ramos
- Ramiro Ramos

NOTA –

Informamos os nossos colaboradores que devem enviar até dia 11 de Abril de 2025 os seus textos para o email:

boletim.lat@gmail.com